



**7º Encontro Internacional de Política Social**  
**14º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao  
capitalismo em crise  
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

---

Eixo: Contrarreformas ou revolução: respostas ao capitalismo em crise.

**A REVOLUÇÃO PASSIVA NO ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO**

Ana Karoline Nogueira de Souza<sup>1</sup>  
Cláudia Maria Costa Gomes<sup>2</sup>

**Resumo**

Este trabalho apresenta parte de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, que tem como objetivo principal analisar a particularidade da formação do Estado burguês brasileiro, verificando se esse processo caracteriza-se pelo conceito gramsciano de revolução passiva. Nesses casos, a dominação da classe burguesa se impõe de forma autoritária, desorganizando e absorvendo as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado. Essa pesquisa baseia-se na perspectiva crítica de análise da realidade, a partir das aproximações ao objeto supomos que, o processo de constituição de um Estado burguês no Brasil, por meio de uma modernização pelo alto, desdobra-se na relação que passa a ser estabelecida entre a classe dominante e os subalternos, com uma crescente desorganização desses últimos.

**Palavras-chave:** Estado; Revolução Passiva; Capitalismo brasileiro.

**The Passive Revolution in the Brazilian Capitalist State**

**Abstract**

This work presents part of an ongoing Master's study, whose main objective is to analyze the particularity of the formation of the Brazilian bourgeois state, verifying if this process is characterized by the Gramscian concept of passive revolution. In these cases, the domination of the bourgeois class imposes itself in an authoritarian way, disorganizing and absorbing the leadership of the subaltern classes in the State apparatus. This research is based on the critical perspective of reality analysis, from the approximations to the object we assume that the process of constitution of a bourgeois State in Brazil, through a modernization from above, unfolds in the relation that happens to be established between the ruling class and the subordinates, with a growing disorganization of the latter.

**Keywords:** State; Passive Revolution; Brazilian capitalism.

**Introdução**

O presente trabalho apresenta parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho (GEPET), vinculado ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social da UFPB<sup>3</sup>, intitulada *Revolução Passiva e Estado Capitalista: uma análise gramsciana do caso Brasileiro nos anos 1930-1945*.

A hipótese que orienta esse trabalho parte da suposição de que o movimento da revolução de 1930 no Brasil propiciou a constituição de um Estado burguês

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: <karolns10@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: <karolns10@hotmail.com>.

<sup>3</sup> Em interface com o Grupo de Pesquisa Materialismo e Modernidade, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB.

característico de uma revolução passiva, desdobrando-se na relação que passa a ser estabelecida entre a classe dominante e os subalternos. Diante disto, trata-se de perquirir os elementos da conjuntura histórica e política que informam as determinações da problemática desse estudo.

Com o objetivo de extrair os elementos necessários a uma aproximação ao nosso objeto de estudo, buscaremos empreender uma análise histórico-política delineando a gestação da formação do Estado brasileiro, com base na via da revolução passiva. Esse estudo busca elucidar a relação entre o aparelho de Estado, as classes dominantes e as classes subalternas, buscando compreender como se estabelecem os mecanismos de desorganização das classes que colaboram para a manutenção da dominação.

Esse trabalho consiste em fazer uma leitura da singularidade desse momento da constituição do Estado burguês Brasileiro, retomando elementos que já foram analisados outrora por estudiosos da formação social Brasileira, evidenciando os possíveis aspectos que ficaram obscuros. Dito isto, nas páginas que se seguem, busca-se elucidar os elementos fulcrais dessa proposta de pesquisa, com a finalidade de subsidiar a compreensão da problemática que se quer perseguir.

### **A formulação gramsciana do Estado Integral**

Analisando a concepção gramsciana de Estado em relação aos estudiosos anteriores ao seu tempo<sup>4</sup>, percebe-se que o marxista italiano inaugura uma nova abordagem em torno do Estado Integral.

---

<sup>4</sup> Nos teóricos do Jusnaturalismo (Hobbes, Locke e Rousseau), compreende-se que existem dois modelos de Estado que não se relacionam simultaneamente, mas é um posterior ao outro. 1º) “Estado de natureza”: os indivíduos vivem de acordo com os seus interesses naturais, e por isto são livres e iguais, mas são isolados. Esse ambiente é analisado como ameaça aos sujeitos por Hobbes e parece de forma pacífica para Locke e Rousseau. 2º) “Estado civil”: os indivíduos vivem de acordo com a razão e as regras estabelecidas para a conduta. Colocando-se numa via contrária a essa compreensão, o pensamento de Hegel representa a ruptura com essa tradição jusnaturalista, uma vez que não considera a relação contratual na sociedade como determinante para a origem do Estado. Desse modo, Hegel apresenta uma elaboração mais elevada no tocante ao direito natural, que se apresenta como crítica a toda a tradição jusnaturalista que já foi descrita, desde Hobbes até Rousseau, superando os seus antecedentes. Hegel não considera a vontade da maioria como vontade geral, refutando a concepção de democracia burguesa. Para uma explicação mais aprofundada Cf. HOBBS, T. *Leviatã*. In: WEFFORT, F. *Os clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2006.; LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Martin Claret, 2001; ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2001; HEGEL, G.W.F. *A sociedade Civil*. IFCH/ UNICAMP, Textos Didáticos nº 21, setembro/2000.

No CC 6, podemos encontrar algumas formulações de Gramsci referentes ao conceito de Estado, entre estas, apresenta-se pela primeira vez a concepção de Estado integral no §88, sob a seguinte fórmula,

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (GRAMSCI, CC 6, § 88, p.244).

Compreende-se que em Gramsci aparecem duas análises em torno do Estado: uma no sentido mais específico, identificando - o com o governo e uma nova formulação mais alargada, de modo que não se restringe ao âmbito político, mas incorpora de maneira dialética a Sociedade Civil. Esta é formada pelas instituições responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, tais como: igrejas, sindicatos, escolas, partidos políticos, organizações profissionais, etc. e a Sociedade Política, que assume a forma própria do Estado, é constituída pelos mecanismos através dos quais a classe dominante exerce a repressão e a violência. Dessa forma, o exercício de poder do Estado é mediado por essas duas esferas.<sup>5</sup>

Esse processo de alargamento da base Estatal apresenta-se como um elemento fundamental para subsidiar a compreensão da forma de dominação que a classe burguesa assume nessa instituição. É justamente na relação entre sociedade política e sociedade civil que se encontra a sua base de sustentação, numa combinação entre coerção e consenso.

A questão do Estado está intrinsecamente relacionada à formulação do conceito Gramsciano de Hegemonia. Nos termos do próprio autor,

---

<sup>5</sup> Essa elaboração gramsciana do conceito de Estado integral vai ser analisada posteriormente pelos seus intérpretes assumindo uma nova nomenclatura, embora permaneça o sentido original no seu conteúdo. Nesse sentido, essa concepção adquire a formulação de “Estado ampliado” na leitura da francesa Christine Buci-Glucksmann. Nas palavras da própria autora, “É verdade que, no curso de seu trabalho, Gramsci distinguirá progressivamente dois conceitos de Estado, ou mais precisamente dois momentos da articulação do campo estatal: o Estado em sentido estreito (unilateral), e o Estado em sentido amplo, dito integral. Em um sentido estreito, o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. [...] O Estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade [...]” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.127-128)

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”.(GRAMSCI, CC 19, §24, p.62-63)

A partir dessa categoria Gramsci lança as bases para a compreensão dos processos da constituição do poder de uma classe social. Nesse sentido, a classe dominante dirige os seus aliados e domina os inimigos inclusive assumindo a tarefa de desorganização política desses setores.

É de suma importância afirmar que em Gramsci o Estado se constitui como uma instituição contraditória e conflituosa, a qual permite que a classe burguesa exerça uma dominação sobre a classe trabalhadora. Apenas com a construção de uma “ideologia orgânica” a esta classe é que acredita ser possível realizar uma revolução no sentido de libertar essa classe da dominação burguesa. Assim, “[...] A revolução passiva não é hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado” (BIANCHI, 2006, p. 48).

Para Gramsci, o Estado ampliado se constitui na conjugação de uma sociedade política (Estado-coerção) com uma sociedade civil (Estado consenso, ou seja, terreno do exercício da hegemonia). Acentuava também o papel dos integrantes dos aparelhos privados de hegemonia, os chamados “intelectuais orgânicos”, na função de estruturadores de uma visão de mundo alternativa ou hegemônica.

Desse modo, não há oposição entre sociedade civil e Estado em Gramsci, pois todos os aparelhos privados de hegemonia no terreno da sociedade civil, [...] encontra no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões.” (FONTES, 2010, p. 136).

Assim, o Estado é entendido como o espaço por excelência de exercício do poder político e que está à subserviência dos interesses de uma classe social específica, no exercício de sua dominação. Outrossim, também é considerado como um espaço de correlação de forças e que não está isento dos embates da luta de classes.

A integração dos principais elementos que compõe o Estado permite a visualização da sua intervenção na vida social. É a partir da formação dos Estados nacionais que se inaugura o processo de reflexão e de busca de compreensão da sua estrutura e funcionamento. Portanto, a compreensão do Estado na sua essência, impulsiona novas dúvidas no tocante às estratégias utilizadas pela classe burguesa para alcançar a hegemonia desse aparato. Cabe-nos aqui a tentativa de desvelar esses processos realizando as mediações necessárias para uma melhor elucidação.

### **O caráter da revolução passiva nos *Cadernos do Cárcere***

A temática do *Risorgimento Italiano* coloca-se como uma das grandes problemáticas de estudo para Gramsci, no seu programa de estudos no cárcere fascista. Importava ao italiano marxista estudar as relações que possibilitaram o desenvolvimento da burguesia italiana até 1870, sendo esta também uma das temáticas mais tardias das que foram trabalhadas.

O conceito de revolução passiva foi formulado por Gramsci a partir da elaboração de Vincenzo Cuoco, que interpretou a revolução napolitana de 1799 como um processo de revolução passiva, considerando que esse processo revolucionário teria sido provocado por acontecimentos externos, a exemplo da revolução francesa e as guerras napoleônicas. Em Gramsci o conceito de revolução passiva ainda aparece como uma chave de interpretação não apenas para a denominada Era do *Risorgimento*, mas também para uma “[...] época complexa de transformações históricas.” (GRAMSCI, CC 15, § 62, p.331)

Cabe ainda destacar que na elaboração desse conceito, Gramsci se apropria da concepção de revolução-restauração de Edgar Quinet (1803-1875)<sup>6</sup>, uma vez que considera que a cada período de expansão, a revolução passiva é acompanhada de um movimento de retração. Nesse sentido, o conceito aparece nas notas dos *Cadernos* associado a pares conceituais dialéticos que expressam uma “revolução sem revolução” (GRAMSCI, CC 19, §24, p.63)

Percebe-se a partir das notas carcerárias redigidas pelo comunista sardo, que existem dois elementos principais da revolução, um deles é a restauração e o outro é a

---

<sup>6</sup> A associação entre o conceito de revolução passiva de Cuoco e o de revolução restauração de Quinet, aparece na edição Italiana de Valentino Guerratana nos *Quaderni* 8, §25, p.957.

inovação. Para Gramsci esses elementos se caracterizam como uma dialética histórica, diferentemente da dialética de Croce (chave positiva da revolução passiva)<sup>7</sup>.

No CC 4 § 57 percebe-se que Gramsci compreende o conceito de revolução passiva de Cuoco a partir das influências de eventos internacionais para a revolução Italiana. Desse modo, coloca-se a possibilidade de analisar outros Estados que se modernizaram sem passar por um processo revolucionário de tipo jacobino, embora aconteçam movimentos internos não alcançam uma alteração estrutural. Desse modo, serve como “[...] critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (GRAMSCI, CC15, § 62, p.332).

No entanto, Gramsci ainda adverte no CC 15 §62 para o perigo das utilidades desse tema, destacando a possibilidade de isenção do elemento histórico e por isso, destaca a permanência da concepção dialética e pressupõe uma “antítese vigorosa” (GRAMSCI, CC 15 §62, p.332).

O processo de unificação do Estado Italiano, a partir do qual se constituiu uma burguesia nacional, foi caracterizado por Gramsci como um processo de revolução passiva, uma vez que a modernização do Estado Italiano acontece mediante um pacto pelo alto entre as velhas classes dominantes e as novas classes burguesas. Assim, resultante desse processo reformista,

[...] O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal [...].(GRAMSCI, CC 25, §4, p.139).

Desse modo, com a unificação do Estado, este passa a incorporar na sua estrutura os mecanismos de manifestação política e ideológica da sociedade, que de certa forma, também pode ser considerado um elemento de desarticulação das forças nacionais.

---

<sup>7</sup> Pode-se dizer que a concepção positiva relacionava-se a uma leitura do processo de revolução passiva com base na concepção liberal, segundo a qual considera o elemento histórico de forma mecânica e não como uma referência.

Numa via contrária aos outros países que já haviam passado por esse processo, como é o caso da França que teve como protagonista principal o elemento da efervescência popular, elemento unitário, esse fator esteve ausente na Itália. As alianças que se estabeleceram com a população ocorreram quando o poder já estava ocupado.

A partir de 1870 o processo histórico da revolução passiva passa a ser relacionado ao transformismo, conforme é descrito nos escritos carcerários, mais especificamente no CC 10 §12, “[...] transformismo como uma forma da revolução passiva no período de 1870 para frente”. Gramsci ainda aponta no CC19 §36 esse processo como uma das formas históricas da revolução passiva, referente ao movimento de formação do Estado moderno Italiano.

Nesse sentido, seguindo a indicação de Gramsci, o conceito de revolução passiva é utilizado na próxima seção para analisar a particularidade da formação do Estado capitalista brasileiro. Considera-se que esse processo acontece mediante a dialética inovação-conservação entre os elementos políticos e econômicos.

### **A via passiva da formação do Estado burguês brasileiro**

As discussões formuladas em torno da problemática de uma revolução burguesa, não realizada de maneira jacobina no sentido gramsciano de revolução ativa, apresentam-se como consenso na literatura que se produziu com o objetivo de compreender a formação social brasileira desde o século XX. É certo que a compreensão que se alcança é que esse movimento criou uma Burguesia nacional que era inexistente anteriormente.

O que se evidencia nas análises que tratam dessa problemática em estudo é que o desenho das relações entre as classes sociais hegemônicas brasileiras assume um novo contorno a partir da crise econômica de 1929, que funciona como uma espécie de catalisador da correlação de forças na luta de classes.

Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2013), o que acontece no processo decorrente da crise de 1929 e que desencadeia com a revolução em 1930 é uma crise de hegemonia. Desse modo,

[...] estabelecendo-se o chamado “Estado de compromisso”, que numa situação de depressão econômica deverá tomar iniciativas tendentes a garantir a reprodução do capital e as taxas de acumulação das diversas

frações burguesas, integrar os setores de classe média urbana, ampliando as bases de sua participação política e econômica, e *estabelecer mecanismos de controle e desorganização do movimento popular em crescimento*. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p.160, grifo nosso).

Assim, o que se quer problematizar nesse trabalho é o fato de a nascente burguesia industrial não ter realizado um rompimento estrutural da produção, contraditoriamente, pretendia uma industrialização que ocorresse como uma “modernização pelo alto” e adequando a esse movimento o setor oligárquico. Além disso, esse processo é constituído de um movimento desorganizador da organização dos setores subalternos.

A partir dos últimos trinta anos do século XX, os intelectuais vinculados à tradição marxista se debruçaram para interpretar a singularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, passando a utilizar como aporte teórico as elaborações de Lênin e de Gramsci. As fórmulas explicativas utilizadas para os casos da Rússia e da Itália, respectivamente, sob a denominação de “via prussiana” e de “revolução passiva”, ofereceram os subsídios para a explicação da transição para o capitalismo pela “via não-clássica”<sup>8</sup>. Trata-se de fértil debate teórico e histórico sobre o conceito de capitalismo tardio.

Por via prussiana entenda-se o processo por meio do qual,

[...] conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga “superestrutura”; nessa hipótese, o papel dirigente caberá ao burguês e ao latifúndio liberal-monárquicos, os camponeses ricos logo lhe darão apoio; a massa camponesa verá deteriorada a sua situação: não apenas será expropriada em enorme escala, mas ainda escravizada pelos vários sistemas de resgate propostos pelo democratas-constitucionalistas, abandonada e embrutecida pela reação; os testamenteiros de semelhante revolução burguesa seriam políticos assemelhados aos outubristas. (LÊNIN. 1982, p. 10)

---

<sup>8</sup> Entende-se por via clássica o processo revolucionário de transição para o capitalismo mediante uma ruptura estrutural, tanto do ponto de vista da estrutura produtiva, quanto das classes hegemônicas em determinado período histórico, a exemplo dos casos da Inglaterra em 1642 e da França em 1789. Esse movimento ainda é marcado pela realização de uma reforma agrária. Entre os estudos sobre a realidade brasileira, nesse período, essas categorias se apresentavam conjuntamente nas análises de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira.

Nesse sentido, pode-se dizer que para Lênin a via prussiana caracterizava um tipo específico de desenvolvimento do capitalismo que não passa por rupturas revolucionárias. A burguesia emergente vai se integrando às classes hegemônicas do antigo regime, conservando as velhas relações de dominação e excluindo as camadas populares.

Com esforço de síntese no que se refere às categorias de via prussiana e via passiva, Coutinho (1988) indica que a chave de explicação pela “via-prussiana” se detém aos aspectos da infraestrutura e não possibilita uma compreensão efetiva dos elementos da superestrutura. Enquanto a via passiva concentra-se no elemento da superestrutura, com destaque para o âmbito político, subsidiando as análises do caminho brasileiro para o capitalismo<sup>9</sup>.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de transição da república velha (1889-1930) no Brasil, aconteceu conservando as velhas oligarquias no poder, de modo que a burguesia emergente não rompe estruturalmente do ponto de vista das classes hegemônicas. O que se coloca como elemento fulcral desse estudo é o pacto de classes que se realiza no movimento “revolucionário” de 1930 e que resulta na consolidação do Estado burguês. Em outros termos,

[...] a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. [...] Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das “especificidades particulares” da expansão do sistema. Ao contrário da revolução burguesa “clássica”, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia e da sociedade. (OLIVEIRA, 2006, p.63)

---

<sup>9</sup> Entre as explicações que foram elaboradas para elucidar essas categorias, com base na tradição marxista, Gramsci considera o significado do conceito de estrutura de maneira histórica e não especulativa, como sendo “[...] o conjunto das relações sociais em que os homens reais se movem e atuam, como um conjunto de condições objetivas que podem e devem ser estudadas com os métodos da “filologia” e não da especulação.” (GRAMSCI, CC 10, §8, p. 296). Desse modo, por superestrutura compreende-se que “[...] as ideologias não criam ideologias, as superestruturas não geram superestruturas a não ser como herança da inércia e de passividade: elas são geradas não por “partenogênese”, mas pela intervenção do elemento “masculino” – a história- a atividade revolucionária que cria o novo homem, isto é, novas relações sociais” (GRAMSCI, 2011, p.195)

O livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (1987) de Florestan Fernandes, constitui-se uma das principais análises sobre a formação da sociedade brasileira. Trata-se de uma caracterização do processo histórico das transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram desde o início da consolidação da hegemonia burguesa na sociedade brasileira. E as condições da dominação burguesa foi determinada pela oligarquia, tal como explica o autor:

[...] entre choques de conflitos de interesse da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, e é nele que repousa o que se poderia chamar de consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia – como e enquanto oligarquia „tradicional“ (ou agrária) e como oligarquia „moderna“ (ou dos altos negócios, comerciais-financeiros mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão da dominação burguesa (FERNANDES, 1987, p. 209).

Esse processo histórico de formação do capitalismo no Brasil é marcado pela passagem de uma economia majoritariamente agrário-exportadora para uma economia industrial. Desse modo, em razão da necessidade de aprofundamento do capitalismo, esse momento é marcado pela constante readaptação das formas de espoliação dos trabalhadores e das estratégias de dominação política.

O que fica evidente é a combinação histórica entre os elementos velhos e novos para a conformação do capitalismo industrial. Noutros termos,

[...] a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. (COUTINHO, 1988, p.106).

Nos Estados que se constituíram através de uma modernização pelo alto - fenômeno concebido por Gramsci como “revolução passiva” - a dominação de classe é mais autoritária, isto é, ela desorganiza e absorve reiteradamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional.

Nesse sentido, para compreender as particularidades do processo que resultou na composição de um Estado burguês no Brasil, coloca-se como prerrogativa o

estabelecimento das mediações necessárias que configuram tal quadro e não uma leitura mecânica dos acontecimentos nacionais. A exemplo disso é importante considerar as relações políticas fragilizadas que se constituem e se perpetuam.

Os estudos sobre a realidade Brasileira apontam que a modernização do Estado, por meio da qual se configurou efetivamente um Estado burguês, ocorreu mediante um processo histórico e dialético entre a permanência e a mudança. Isso implica que, do ponto de vista político e das relações sociais decorrentes desse acontecimento, remete a uma interpretação gramsciana da revolução burguesa brasileira como revolução passiva, a exemplo do caso da Itália no período do *Risorgimento Italiano*.<sup>10</sup>

Desse modo, uma leitura do Brasil será subsidiada pela via passiva, uma vez que tal categoria qualifica um tipo específico de revolução burguesa, marcada pela ausência de iniciativa popular. Uma vez que se tem percebido esse tipo de revolução acontecer com mais frequência no que se convencionou chamar de periferia do capitalismo.

A conjuntura do período entre 1930-45 no Brasil é marcada por essa conformação, com a consolidação do Estado novo e o processo de industrialização da economia. Esse momento também foi caracterizado pela efervescência da organização política e sindical dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Em decorrência desse processo, outro elemento marca o quadro das relações estabelecidas entre a classe dominante e os subalternos, acontece uma redefinição na relação que se estabelece entre o Estado e as classes sociais. O Estado passa a intervir com a finalidade de garantir a reprodução da hegemonia burguesa, por meio da repressão aos trabalhadores e a desorganização política dos movimentos políticos, ao tempo em que cria um aparato de legislação trabalhista. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013)

Portanto, nosso objetivo é extrair os elementos de estrutura e conjuntura, capazes de revelar quais as estratégias de dominação no Brasil e os seus mecanismos de

---

<sup>10</sup> Nas notas carcerárias verifica-se que Gramsci não restringe a categoria *revolução passiva* para a explicação do momento da unificação do Estado Italiano e da sua configuração como Estado burguês. Mas, também foi utilizada para esclarecer acontecimentos como o Fascismo e no âmbito da produção como o caso do Americanismo-fordismo.

desorganização das classes subalternas que conformam a relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade civil.

No Brasil, assim como no caso Italiano, não se verificou no momento de formação de uma burguesia no poder do Estado, o protagonismo decorrente da unificação das camadas populares. No entanto, percebe-se que o progresso aparece como resultado da reação dos dominantes ao subversivismo esporádico e elementar dos grupos subalternos, atendendo certa parte das exigências dessas camadas populares. Ou seja, “[...] uma revolução passiva reordena o conjunto das classes dominantes incorporando novos elementos, atraindo parte de suas direções e desarticulando a força antagonica.” (DEL ROIO, 2009, p.100)

No tocante ao papel do Estado, as notas escritas no CC 15 §59 do indicam um fenômeno de grande importância para o conceito de revolução passiva, Gramsci diz “[...] que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um exército e uma força político-diplomática.” (GRAMSCI, CC 15, §59, p.329)

Nesse sentido, considera-se que o Estado estaria na condição de subserviência da classe dominante. Mas, deve-se atentar para o fato de que nas notas carcerárias Gramsci evidencia o pensamento que uma classe deve ser dirigente, antes mesmo de ser dominante. Nos termos do autor,

[...] pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco (GRAMSCI, CC 19, § 24, p. 63).

Assim, a classe revolucionária precisa estar unificada e formar um *front* antes mesmo de ascender ao poder, processo este que não aconteceu com as massas populares no *Risorgimento*, possibilitando que a revolução burguesa no caso Italiano ocorresse sem o uso da força armada e sem o elemento jacobino popular.

Essa formação do Estado Burguês no Brasil assumiu contornos particulares, unindo na mesma cena: burguesia agrária e industrial. Combina-se velhos e novos

elementos da produção, extinguindo-se a violência física a qual o trabalhador do campo era submetido, a espoliação assume um caráter novo nas bases capitalistas.

### **Considerações Finais**

Com base nessas aproximações ao objeto que foram supramencionadas, verificamos que o processo de formação de um Estado a partir de uma revolução burguesa que não ocorre de maneira revolucionária, mas ao contrário modernizam-se pelo “alto” – como foi o caso histórico do *Risorgimento* italiano – Gramsci caracteriza-o como uma revolução passiva.

Esse tipo de modernização pelo alto é próprio dos Estados que se modernizaram tardiamente, como é o caso do Brasil, não se restringe apenas a Itália. Destarte, a revolução burguesa brasileira incorpora a via passiva de materialização, a partir de condicionantes externos das relações econômicas firmadas pela divisão internacional do trabalho.

Apresentados os elementos que possibilitam a compreensão das relações que se desenvolveram no Brasil, do ponto de vista político e econômico, após a constituição do que se nomina de uma classe burguesa interna, é evidente que esses processos assumem uma particularidade. Destarte, a revolução burguesa brasileira incorpora a via passiva de materialização, a partir de condicionantes externos das relações econômicas firmadas pela divisão internacional do trabalho.

O que se evidencia é o fato de a nascente burguesia industrial não ter realizado um rompimento estrutural da produção, contraditoriamente, pretendia uma industrialização que ocorresse como uma “modernização pelo alto” e adequando a esse movimento o setor oligárquico. Além disso, esse processo é constituído de um movimento desorganizador dos setores subalternos.

Através da unificação entre as velhas e as novas classes burguesas, sem a participação massiva dos subalternos, o elemento insurrecional jacobino foi isento desse processo revolucionário. Simultaneamente, como elemento da revolução passiva, a classe dominante realiza concessões para o atendimento de parte das reivindicações dos subalternos, que resulta no reforço da passivização desses setores, para além da consciência política.

Portanto, considera-se que o movimento dialético entre a inovação e a conservação, bem como a revolução-restauração que foi realizada no Brasil, constitui

uma nova identidade nacional. Pois, semelhante à realidade Italiana, os arranjos realizados pelas burguesias internas vigentes forjam o caráter passivo da formação do Estado burguês.

### Referências

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 123-156.

BIANCHI, Álvaro. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v.23, n.23, 2006. P. 34-57.

COUTINHO, C. N. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

DEL ROIO, Marcos T. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In: GUADALUPE, Sueli L.; SILVA, V. P.; MILER, S. (Org.). **Marx, Gramsci e Vigotski**: aproximações. Marília. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, Editores, SP: Cultura Acadêmica, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1987.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 v.

IAMAMOTO e CARVALHO. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão Dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.